

Coluna do Castello

Difícil mudar o ritmo do Congresso

Não vai ser fácil a convivência de um novo governo empenhado em implantar reformas e de um Congresso com poderes reforçados e integrado por forte corrente adversária do presidente eleito. Ampliou-se com a Constituição de 1988 a capacidade de intervenção do Poder Legislativo em atos da alçada do presidente da República e de sustação de iniciativas de lei oriundas do Poder Executivo. Além dos conflitos partidários e ideológicos, as câmaras legislativas trabalham segundo um ritmo que não se ajusta ao ritmo de trabalho de um presidente com o temperamento de Fernando Collor, que dá frequentes provas de impaciência. O Congresso é lugar de exame e discussão e nada se vota ali sem que haja pareceres de comissões técnicas e exaustivo debate no âmbito dessas comissões e no plenário das suas duas casas.



A tramitação legislativa é normalmente lenta não só pelo referido processo de discussão interna como pela incidência nos seus debates dos porta-vozes de interesses múltiplos, o que é normal em plenários multirrepresentativos. Senadores e deputados resistem a pressões para que deliberem com rapidez e a pressões desse tipo somente se curvam quando há situações críticas que tornam impossível qualquer hesitação. Isso se deu, por exemplo, em 1955, quando, deposto o presidente Café Filho, haveria de se encontrar um jeito de formalizar a deposição sem suspensão da legalidade democrática. Isso iria repetir-se em 1961 com João Goulart, que assumiu a presidência precedido de um ato adicional com o qual se criou o parlamentarismo para evitar um golpe de Estado e em 1964, quando se declarou sua ausência do país (apesar de continuar presente) para referendar o golpe que o pôs para fora do governo.

O presidente eleito Fernando Collor tem de contar com o ritmo habitual do Congresso, que não é o ritmo das convulsões, como as citadas, mas o da paciência e da fritura, como todos sabem.

Do Itamarati

Do embaixador Afonso Arinos de Melo Franco recebi a seguinte carta:

"Devo uma explicação a propósito do tópico intitulado **Outro Melo Franco** no

PSDB, que a sua prestigiosa coluna publica hoje (ontem). Temo não haver-me feito entender bem quando você me atribui a opinião de que "católico (...), tendo apresentado credenciais ao papa, tudo o mais na carreira será rotina". Sinceramente, não penso assim. Creio que todo posto é condigno e fecundo quando ocupado com o desejo e o empenho de servir na nossa missão, tão honrosa, de "construtores da paz" — expressão com que Sua Santidade João Paulo II tem distinguido, reiteradamente, os diplomatas. E, sobretudo, em se tratando de Haia, posto privilegiado para o qual acabo de ser deslocado (posso testemunhá-lo pessoalmente por já haver ali servido, há muitos anos).

O que penso ter-lhe dito é que o Vaticano deveria ser prêmio de fim de carreira para um embaixador católico. Por isso mesmo, relutei em aceitá-lo quando um colega me telefonou oferecendo-o em nome do então ministro de Estado. E o mesmo afirmei, a seu tempo, ao presidente Sarney, que para lá me nomeara.

Há poucos dias, ao despedir-me do cardeal secretário de Estado, Agostino Casaroli, tomou ele a iniciativa de comentar comigo que, outrora, seria impensável admitir-se que um embaixador católico, representante de nação majoritariamente católica, saísse do Vaticano para outro posto. Era, e é, o princípio da supremacia do poder espiritual sobre o temporal, que ainda se conserva onde ao nuncio apostólico (embaixador da Santa Sé junto aos estados que com ela mantêm relações diplomáticas) não é reconhecido, automaticamente, o decanato do corpo diplomático. Nestes casos, eles têm o título, mais modesto, de pró-nuncio. A primeira exceção aberta a tal costume — contou-me o cardeal Casaroli — ocorreu com um embaixador belga.

Mas os tempos mudaram, e a Europa, mais vez mais, curvou-se ante o Brasil. Hoje, manda-se para o Vaticano um diplomata que ali ocupará a sua primeira chefia de missão no exterior. Éramos, naquelas priscas eras, uma repartição modesta, a Casa de Rio Branco. Agora, transformamo-nos neste colosso que é a casa do Abreu Sodré".

Coincidência de mandatos

O deputado Antônio Brito defende a coincidência do mandato do presidente da República com os mandatos da Câmara. Só com ela se eliminaria, disse ele da tribuna, dois terríveis cacoetes: "Para uns, o insistente cacoete de não sair nunca do governo; para outros, a confusão entre ser oposição ao governo e oposição ao país. Para os primeiros, famosos pela coerência de serem sempre situação, parece um momento ainda inimaginável estreitar na oposição. E poder, como nos países democráticos, constatar que também na oposição é possível ser responsável e respeitado pela opinião pública".

Carlos Castello Branco